

**CIDADE DIGITAL:  
A INCLUSÃO DA PESSOA IDOSA E O ENFRENTAMENTO ÀS  
VULNERABILIDADES**

Instituto Maayan<sup>1</sup>

Priscilla Pacheco de Souza<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo reflete o papel da inclusão digital na promoção de oportunidades e no combate às vulnerabilidades social e econômica. Por meio de uma abordagem crítica, propõe uma análise como as tecnologias digitais podem ser empregadas para ampliar o acesso aos direitos e serviços e a participação cidadã, especialmente para pessoas idosas. Discutindo os desafios enfrentados na proposta de uma cidade, acessivelmente, digital, destacando-se a importância de políticas inclusivas e participativas. Conclui-se que, embora as cidades digitais ofereçam oportunidades significativas para mitigar desigualdades, é fundamental adotar abordagens sensíveis às necessidades específicas das comunidades vulneráveis, a fim de garantir uma inclusão efetivamente equitativa.

Palavras-chave: Inclusão digital; Pessoa Idosa; Políticas Inclusivas; Cidades Acessíveis.

**ABSTRACT**

This article reflects the role of digital inclusion in promoting opportunities and combating social and economic vulnerabilities. Through a critical approach, it proposes an analysis of how digital technologies can be employed to expand access to rights, services, and citizen participation, especially for elderly people. Discussing the challenges faced in proposing an accessible digital city, it emphasizes the importance of inclusive and participatory policies. It is concluded that while digital cities offer significant opportunities to mitigate inequalities, it is essential to adopt approaches sensitive to the specific needs of vulnerable communities to ensure truly equitable inclusion.

Keywords: Digital Inclusion; Elderly Individuals; Inclusive Policies; Accessible Cities.

---

<sup>1</sup> Instituto fundado em 2011, tratando-se de uma organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, com sede na Cidade do Rio de Janeiro. Resultado da união da Associação Fonte de Vida Isaura Santos e do desejo de uma equipe multidisciplinar de profissionais e empreendedores sociais. Com notória experiência gerencial no campo das realizações sociais e nos princípios do desenvolvimento integrado e autossustentável. E-mail: maayan.instituto@gmail.com

<sup>2</sup> Assistente Social e Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: priscilla\_souza@id.uff.br

## INTRODUÇÃO

A era digital tem sido marcada por uma série de transformações em diversas esferas da sociedade, desde a maneira como nos comunicamos até a forma como trabalhamos, aprendemos e nos relacionamos. No cerne dessas transformações está a inclusão digital, um conceito que vai muito além do simples acesso à tecnologia, abrangendo a um acesso efetivo e a capacidade de utilizar e compreender as ferramentas digitais, de forma eficaz e significativa.

Quando há uma reflexão sobre um acesso mais amplo e eficaz, não se pode deixar de lado os aspectos econômicos e culturais de uma sociedade. Isto significa dizer que

o mundo social pode ser concebido como um espaço multidimensional construído empiricamente pela identificação dos principais fatores de diferenciação que são responsáveis por diferenças observadas num dado universo social ou, em outras palavras, pela descoberta dos poderes ou formas de capital que podem vir a atuar, como azes num jogo de cartas neste universo específico que é a luta (ou competição) pela apropriação de bens escassos... os poderes sociais fundamentais são: em primeiro lugar o capital econômico, em suas diversas formas; em segundo lugar o capital cultural, ou melhor, o capital informacional também em suas diversas formas; em terceiro lugar, duas formas de capital que estão altamente correlacionadas: o capital social, que consiste de recursos baseados em contatos e participação em grupos e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital toma uma vez percebidos e reconhecidos como legítimos. (BOURDIEU, 1987, p. 4)

O conceito de capital econômico é relevante, uma vez que as desigualdades socioeconômicas têm um papel significativo na exclusão digital. Aqueles com acesso limitado a recursos financeiros podem encontrar barreiras para adquirir equipamentos tecnológicos e serviços de internet de qualidade, ficando em desvantagem no mundo digital.

Já o capital cultural, inclui conhecimento, habilidades e competências relacionadas ao uso das tecnologias digitais. A falta de familiaridade ou proficiência com a tecnologia pode representar um impedimento para a inclusão digital, especialmente para grupos que historicamente tiveram acesso limitado à educação de qualidade.

O aspecto simbólico destaca a importância da percepção e do reconhecimento social dos diferentes tipos de capital. Na busca pela inclusão digital, é fundamental que os recursos e habilidades relacionados à tecnologia sejam valorizados e legitimados pela sociedade como um todo, para que todos os indivíduos tenham acesso igualitário às oportunidades oferecidas nesse âmbito.

Nesse sentido, a crítica em relação à falta de acesso digital – de qualidade e amplo - para a população em situação de vulnerabilidades é também a falta de acesso a possibilidade de uma vida com mais oportunidades no mundo da educação e do trabalho, e, conseqüentemente, da

obtenção de melhorias econômicas. Portanto, barreiras digitais impedem muitas atividades de atuação profissional e educacional, na sociedade atual.

Dentre todos os impedimentos de acesso ao mundo digital, ainda há o que se refere a questão etária

O nosso país tem aproximadamente 30 milhões de pessoas acima de 60 anos de idade e, de acordo com o IBGE, daqui a 25 anos, os idosos representarão um quarto da população brasileira. O envelhecimento populacional é uma tendência mundial. As pessoas da terceira idade passaram a usar mais a internet, especialmente os celulares com a acesso às redes sociais. Apesar do crescimento, esse ainda é o menor grupo etário de usuários conectados à internet: apenas 31,1% de toda a população idosa do Brasil utiliza a internet. Um indivíduo incluído digitalmente é aquele que usa desse suporte para melhorar as suas condições de vida. Para aquelas pessoas que mal tiveram oportunidade de estudar, num mundo globalizado e repleto de novas tecnologias, envelhecer pode significar exclusão digital e isolamento social.<sup>3</sup>

O envelhecimento populacional é uma realidade inegável não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Com um número crescente de pessoas acima de 60 anos, é essencial compreender e abordar as necessidades e desafios específicos enfrentados por esse grupo etário, especialmente no contexto da revolução digital em curso.

Para as pessoas idosas, o acesso à internet e o domínio das tecnologias digitais podem representar oportunidades sem precedentes de aprendizado, comunicação, engajamento social e acesso a serviços. No entanto, para aqueles que tiveram acesso limitado à educação ao longo de suas vidas, o envelhecimento em um mundo cada vez mais digitalizado pode significar o processo de exclusão no aspecto digital e isolamento no aspecto social.

Portanto, promover a inclusão digital para esse público não é apenas uma questão de acesso à tecnologia, mas também de capacitação e suporte adequados para garantir que eles possam aproveitar ao máximo os benefícios oferecidos pelo mundo digital. Isso inclui programas de alfabetização digital, treinamento em habilidades tecnológicas básicas, adaptação de interfaces digitais para atender às suas necessidades, promovendo espaços de aprendizado e compartilhamento de conhecimento. Pois um indivíduo incluído digitalmente é aquele que usa a tecnologia para melhorar suas condições de vida, independentemente de sua idade ou formação educacional.

E no processo de enfrentamento das barreiras ao acesso digital, é importante ressaltar o papel do Estado e da intervenção governamental na determinação do ritmo e da direção do desenvolvimento tecnológico. A capacidade do Estado de promover políticas públicas

---

<sup>3</sup> Segundo informação do site <https://www.camara.leg.br/tv/572536-especialistas-discutem-inclusao-digital-para-os-idosos/>. (Acesso em 08/04/2022)

inclusivas e de investir em infraestrutura digital pode ter um impacto significativo na capacidade social de aproveitar os benefícios da tecnologia e enfrentar as desigualdades sociais e econômicas.

Portanto, há a importância de uma abordagem proativa e estratégica para o desenvolvimento e uso da tecnologia, destacando a responsabilidade do Estado e da sociedade em garantir que a tecnologia seja utilizada de forma a promover o interesse público e o bem-estar coletivo. Embora a tecnologia por si só não determine o curso da história, ela oferece um potencial significativo de transformação que pode ser moldado e direcionado pela ação humana. Ou seja,

(...) embora não determine a tecnologia, a sociedade pode sufocar seu desenvolvimento principalmente por intermédio do Estado. Ou então, também principalmente pela intervenção estatal, a sociedade pode entrar num processo acelerado de modernização tecnológica capaz de mudar o destino das economias, do poder militar e do bem-estar social em poucos anos. Sem dúvida, a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico. (CASTELLS, 2002, p. 44-45)

No contexto do combate às vulnerabilidades, o autor traz a reflexão sobre a importância dos papéis político e social relacionados à tecnologia. Por um lado, o Estado tem o poder de promover o acesso equitativo à tecnologia, por meio de políticas públicas, e que incentivem seu uso para promover as inclusões social e econômica. Isso pode incluir medidas como investimentos em infraestrutura de internet, programas de capacitação digital e iniciativas de desenvolvimento tecnológico voltadas para a população mais vulneráveis.

O acesso à tecnologia beneficia a oportunidades de emprego, educação e participação política e social, enquanto os excluídos digitalmente ficam cada vez mais marginalizados. Nesse sentido, é um uso estratégico da tecnologia a promoção do desenvolvimento econômico e social. Pois ela impulsiona a inovação, aumenta a produtividade e melhora a qualidade de vida das pessoas. Se faz necessária a responsabilidade compartilhada entre o Estado e a sociedade no processo de garantia do acesso à tecnologia para promover inclusão e equidade.

## 1. SOBRE OS DADOS CONTEXTUAIS

Na contemporaneidade, a inclusão digital se apresenta como um dos principais desafios e oportunidades para promover a equidade e combater as desigualdades sociais e econômicas. No Brasil, país marcado por uma diversidade sociocultural e econômica, a exclusão digital é um fenômeno preocupante que afeta especialmente crianças e adolescentes. Em 2019, 4,8 milhões de crianças e adolescentes (com idades entre 9 e 17 anos) não tinham acesso à internet em suas residências.

Eles correspondem a 17% de todos os brasileiros nessa faixa etária. Os dados, divulgados na semana passada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), fazem parte da pesquisa TIC Kids Online 2019, que será lançada na íntegra em junho.

O levantamento é feito pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Os dados foram solicitados pelo Unicef para medir, em meio à pandemia do novo coronavírus, causador da covid-19, quantas crianças e adolescentes estão sem acesso a aulas online e a outros conteúdos da internet que garantam a continuidade do aprendizado.<sup>4</sup>

Essa exclusão digital entre crianças e adolescentes pode aprofundar ainda mais as desigualdades sociais e educacionais, já que o acesso à internet é fundamental para a possibilidade de recursos educacionais, de comunicação, de informação e entretenimento. Além disso, a falta de acesso à internet pode limitar as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento de habilidades digitais, essenciais para a inserção desses jovens em um mundo que está cada vez mais tecnológico.

Portanto, tais números reforçam ainda mais a importância da existência de ações que buscam alcançar a promoção da inclusão digital no enfrentamento às vulnerabilidades sociais e econômicas enfrentadas por crianças e adolescentes no Brasil.

Segundo pesquisa TIC Domicílios, em 2022 o número de brasileiros sem acesso à internet é de 36 milhões, sendo que

A região Sudeste possui o maior número de pessoas sem internet, com 42%, já a região Nordeste aparece em segundo lugar com 28% dos casos. Ainda segundo o levantamento, pessoas com 60 anos ou mais e pessoas negras são os maiores percentuais sem acesso à internet no país.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Segundo informação do site <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/brasil-tem-48-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-sem-internet-em-casa>. (Acesso em 08/04/2022)

<sup>5</sup> Segundo informações do site <https://www.brasildefato.com.br/desconectados-36-milhoes-de-pessoas-sem-internet-refletem-a-desigualdade-no->



diversos e multifacetados. Questões financeiras representam uma barreira significativa para muitas pessoas, incluindo o custo do acesso à rede e a aquisição de equipamentos eletrônicos necessários. Além disso, a falta de conhecimento sobre como utilizar a internet e a percepção de falta de necessidade também são fatores importantes.

## **2. SOBRE OS DIREITOS**

Na garantia de direitos, é importante reconhecer que a educação ao longo da vida é essencial para possibilitar que as pessoas idosas possam continuar aprendendo e se desenvolvendo em todas as fases de suas vidas. A educação proporciona oportunidades de crescimento intelectual, social e emocional, além de contribuir para a saúde mental e o bem-estar geral da pessoa idosa.

Possibilitando oportunidades de acesso à educação para a pessoa idosa e adaptando os programas educacionais às suas necessidades, o poder público contribui para promover a inclusão social, combater o isolamento e a exclusão. Ou seja, investir na educação da pessoa idosa é investir no desenvolvimento humano e no fortalecimento da cidadania ao longo da vida.

Quando se fala sobre acesso, não há como não trazer a discussão sobre a legislação que envolve a pessoa idosa. Acessibilidade é a palavra chave para a compreensão do panorama dos direitos voltados a esse perfil da população. Em relação ao direito à Educação, A Lei N° 10.741 de 2003 - Estatuto da Pessoa Idosa – prevê no Art. 21 que “o poder público criará oportunidades de acesso da pessoa idosa à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ela destinados.”

Tal artigo destaca a responsabilidade do poder público em garantir oportunidades de acesso à educação para a pessoa idosa, o que implica em adaptar os currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais direcionados a esse grupo específico. Essa medida é essencial para promover a inclusão e o desenvolvimento contínuo da pessoa idosa em diferentes áreas do conhecimento, contribuindo assim para um envelhecimento ativo e participativo.

Cabe à educação estabelecer uma relação democrática entre a política e os sujeitos deste paradoxo educacional, a fim de reordenar e reconstruir gradativamente um processo de ensino-aprendizagem, pautado na construção e reconstrução crítica, reflexiva e democrática dos conhecimentos, no qual todos os indivíduos presentes neste meio possam desenvolver-se e constituírem-se como cidadãos atuantes e conscientes. (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, p. 53, 2010)

Tal reflexão ressalta a importância da educação como um meio fundamental para estabelecer uma relação democrática entre a política e os sujeitos envolvidos no processo educacional. Nesse contexto, a educação desempenha um papel crucial na reconstrução e reordenamento gradual do ensino e da aprendizagem, com base em uma abordagem crítica, reflexiva e democrática do conhecimento.

Através desse processo, todos os indivíduos envolvidos na educação têm a oportunidade de se desenvolver e se tornarem cidadãos ativos e conscientes. Isso implica não apenas transmitir conhecimentos, mas também incentivar a reflexão crítica sobre eles, promovendo o pensamento independente e a capacidade de questionar e analisar informações de forma aprofundada.

Uma educação que valorize a construção e reconstrução crítica do conhecimento não apenas capacita os alunos a entenderem o mundo ao seu redor, mas também os capacita a se engajarem de forma significativa na sociedade como cidadãos responsáveis. Isso inclui a compreensão dos processos políticos, a participação ativa na tomada de decisões e o exercício dos direitos e deveres democráticos.

Portanto, é importante destacar a importância de uma abordagem educacional que vá além da simples transmissão de informações, buscando capacitar as pessoas idosas a se tornarem agentes de mudança e transformação em suas comunidades e na sociedade como um todo.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O envelhecimento é um processo complexo e multifacetado, marcado por uma série de mudanças físicas, psicológicas, sociais e ambientais. Nesse contexto, a vulnerabilidade surge como uma preocupação central, pois os idosos frequentemente enfrentam desafios adicionais que podem comprometer sua saúde e bem-estar. O conhecimento gerado pode informar pesquisas futuras e o desenvolvimento de políticas voltadas para a promoção do bem-estar dos idosos vulneráveis. A compreensão da vulnerabilidade na população idosa é essencial para garantir cuidados de qualidade e promover um envelhecimento saudável e digno, melhorando sua qualidade de vida e bem-estar.

O avanço da tecnologia e o crescente uso do computador e da internet têm impactado todas as faixas etárias, proporcionando novas formas de comunicação e interação social. Para os idosos, em particular, a tecnologia representa uma oportunidade de superar as barreiras da

solidão e do isolamento social, especialmente após a aposentadoria, quando muitos passam mais tempo em casa e enfrentam uma redução no contato social devido à perda de amigos e familiares.

Estudos sugerem que os idosos que não acompanham o avanço tecnológico podem enfrentar consequências adversas para a saúde e a qualidade de vida. Portanto, aprender a utilizar essa nova tecnologia oferece uma série de benefícios para os idosos, incluindo a redução da carga de trabalho, a compensação de fraquezas, o aumento da segurança, a oportunidade de trabalhar em casa ou em tempo parcial, e a criação de novas oportunidades no mercado de trabalho. O campo da gerontotecnologia, focado no estudo da tecnologia e do envelhecimento, busca melhorar o bem-estar dos idosos, especialmente através do uso da internet, que amplia as oportunidades de emprego e as relações sociais e intergeracionais. A tecnologia da informação tem como objetivo minimizar o isolamento social, proporcionando uma maior sensação de conexão social e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos idosos. (ORLANDI, 2018, p. 44)

No entanto, nem todos os idosos têm acesso à tecnologia e ao ensino relacionado a ela, o que pode resultar em exclusão digital e acentuar o isolamento social. O termo "infoexclusão" descreve essa dificuldade de acesso às tecnologias da informação, que pode estar relacionada à renda, escolaridade e atitudes em relação ao uso da tecnologia. Diante desse cenário, é fundamental que as políticas públicas destinem uma atenção especial aos idosos, a fim de evitar sua infoexclusão e garantir que todos tenham acesso aos benefícios proporcionados pela tecnologia, promovendo assim uma maior inclusão digital e social na sociedade contemporânea. (ORLANDI, 2018, p. 44)

A motivação para aprender a utilizar recursos tecnológicos é uma questão individual, e cada pessoa pode ter seus próprios motivos para querer se familiarizar com a tecnologia. No entanto, quando o processo de aprendizado depende da interação com outras pessoas, é crucial que a comunicação seja eficaz para garantir a inclusão daqueles que enfrentam exclusão social na era digital e tecnológica.

A ponte entre os que ensinam e os que aprendem precisa ser robusta e bem estruturada. No entanto, muitas vezes, o que ocorre é simplesmente o ensino das tecnologias às pessoas com mais de 60 anos, sem necessariamente garantir sua inclusão efetiva na era digital. Há a importância de considerar as necessidades específicas de cada grupo e identificar os desafios individuais que podem surgir ao tentar integrar os idosos ao mundo digital.

Portanto, é essencial que os esforços para ensinar tecnologia aos idosos sejam acompanhados de estratégias que promovam sua verdadeira inclusão na sociedade digital, levando em conta suas características individuais e necessidades específicas. Isso pode envolver não apenas a transmissão de habilidades técnicas, mas também o desenvolvimento de programas e iniciativas que incentivem o uso ativo e significativo da tecnologia para melhorar a qualidade de vida e promover a participação social dos idosos.

Com certeza, a flexibilidade é fundamental ao desenvolver programas de inclusão digital para pessoas com mais de 60 anos. Embora algumas questões, como os princípios básicos de uso do computador, possam ser fixas, outras, como o conteúdo específico e a abordagem pedagógica, precisam se adaptar à dinâmica e às preferências individuais desses aprendizes. É crucial considerar que as pessoas mais velhas têm diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, assim como preferências individuais em relação aos conteúdos e métodos de ensino. Por isso, é importante adotar uma abordagem personalizada, na qual se identifiquem as necessidades e interesses específicos de cada aluno.

Uma estratégia eficaz é começar com conceitos básicos e tarefas simples, que sejam relevantes e úteis no dia a dia dos alunos mais velhos. Isso pode incluir ensinar a usar programas de comunicação, navegar na internet para buscar informações ou realizar transações bancárias online. À medida que os alunos se familiarizam com esses conceitos e ganham confiança em suas habilidades, o grau de dificuldade pode ser gradualmente aumentado, introduzindo novos desafios e ferramentas mais avançadas.

Além disso, é importante oferecer um ambiente de aprendizado acolhedor e encorajador, no qual os alunos se sintam à vontade para fazer perguntas, explorar novas tecnologias e aprender com os erros. A paciência e o apoio dos instrutores são essenciais para garantir o sucesso do processo de inclusão digital para pessoas com mais de 60 anos.

## 6. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL, 2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/brasil-tem-48-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-sem-internet-em-casa>. Acesso em: 08/04/2022.

BOURDIEU, Pierre. “What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups.” *Berkeley Journal of Sociology*, n. 32, p. 1-49, 1987.

BRASIL DE FATO, 2022. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/desconectados-36-milhoes-de-pessoas-sem-internet-refletem-a-desigualdade-no-brasil#:~:text=No%20Brasil%2C%2036%20milh%C3%B5es%20de,lugar%20com%2028%25%20dos%20casos>. Acesso em: 08/04/2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019. Disponível em <https://www.camara.leg.br/tv/572536-especialistas-discutem-inclusao-digital-para-os-idosos/>. Acesso em: 08/04/2022.

CASTELLS, Manuel. “A Sociedade em Rede.” São Paulo: Paz e Terra, 2022.

ORLANDI, Brunela Della Maggiori. “A Inclusão Digital das Pessoas Idosas: Um Olhar Sobre o Campo da Ciência Tecnologia e Sociedade.” São Carlos: UFSC, 2018.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. “Educação: Integração, Inserção e Reconhecimento Social para o Idoso.” São Paulo: Kairós, 2010.